

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS DA SEGUNDA EMISSÃO DO

**BRAZILIAN PRIVATE EQUITY IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS
DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 13.328.511/0001-89

Administração e Gestão



Pátria Investimentos Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 6º andar, Sala A, São Paulo, SP

Distribuição pública de até 5.283 (cinco mil, duzentas e oitenta e três) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), perfazendo o montante total de até:

R\$ 5.283.000,00
(cinco milhões, duzentos e oitenta e três mil reais)

Registro na CVM: A Segunda Emissão foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob nº [•], em [data].

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/2003, tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio da aplicação em quotas de emissão do Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.328.577/0001-79 ("FIP"), que por sua vez tem por objetivo o investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas.

O Fundo foi constituído pelo Pátria Investimentos Ltda., na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"), em 21 de fevereiro de 2011, sendo que seu regulamento atual encontra-se registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 3.423.072 ("Regulamento").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenado pela Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.285.390/0001-40 (o "Distribuidor"). A Segunda Emissão é composta por até 5.283 (cinco mil, duzentas e oitenta e três) Quotas com preço unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o "Preço de Emissão"), totalizando o montante equivalente a R\$ 5.283.000,00 (cinco milhões, duzentos e oitenta e três mil reais). A Segunda Emissão foi aprovada na Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, datada de 14 de setembro de 2011 e registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 3.423.072.

O público alvo da Oferta é constituído exclusivamente por investidores qualificados, conforme definição do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às

O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo será entregue aos investidores, durante o período de distribuição, nas sedes do Administrador e do Distribuidor. As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob a análise da CVM, que ainda não se manifestou a seu respeito.

disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 19 a 22.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), das taxas de administração devidas ao Administrador, da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador, das despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o investidor tenha que arcar, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo não foram registradas para negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Não obstante, o Administrador poderá registrá-las para negociação em mercado secundário posteriormente.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da CVM.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

"A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO."

"OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 19 A 22."

"AS QUOTAS OBJETO DA PRESENTE OFERTA NÃO FORAM REGISTRADAS PARA NEGOCIAÇÃO EM BOLSA DE VALORES OU EM SISTEMA DE MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO, NÃO PODENDO SER ASSEGURADA A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS PRATICADOS OU NEGÓCIOS REALIZADOS."

"ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDOS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS."

"O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC."

"A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA."

"AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTOS QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO."

A data deste Prospecto é 21 de outubro de 2011.

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	10
Características da Oferta.....	11
Negociação das Quotas e Direito de Preferência	15
Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta	15
Relacionamento entre o Administrador e o Distribuidor.....	16
Potenciais Conflitos de Interesse.....	16
Suspensão, Revogação, Modificação e Cancelamento da Oferta.....	16
Outras Informações.....	17
Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo.....	18
Declaração do Administrador	18
Declaração do Distribuidor.....	18
3. FATORES DE RISCO	19
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	20
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Ativos do Fundo.....	20
Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo.....	20
Pagamento Condicionado aos Ativos do Fundo	21
Concentração da Carteira do Fundo.....	21
Não existência de Garantia de Rentabilidade	21
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	21
Outros Riscos.....	21
4. BRAZILIAN PRIVATE EQUITY – FIQ DE FIP	23
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	24
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento.....	24
Administração e Gestão do Fundo	24
Prestadores de Serviço do Fundo	25
Objetivo do Fundo e do FIP	25
Investimentos do Fundo.....	26
Co-Investimento	29
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	29
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas.....	29
Condições de Amortização e Resgate das Quotas.....	32
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	33
Inadimplência dos Quotistas.....	34
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	35
Assembleia Geral de Quotistas	36
Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses.....	36

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	37
Taxas e Encargos do Fundo.....	37
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	39
Atendimento aos Quotistas.....	41

5. ANEXOS

42

Anexo I - Cópia da Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, realizada em 14 de setembro de 2011....	43
Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto.....	46
Anexo III – Cópia do Regulamento do FIP em vigor na data deste Prospecto.....	72
Anexo IV – Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03.....	104
Anexo V – Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03	106

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Pátria Investimentos Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.461.756/0001-17
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a KPMG Auditores Independentes
Capital Comprometido	Montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretroatável, nos termos do Compromisso de Investimento
Capital Integralizado	Valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por quotas do FIP e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
Co-Investimento	Composição de recursos do Fundo com recursos de outros investidores, incluindo outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas
Custodiante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão
Distribuidor	Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º

1.355 - 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.285.390/0001-40

FIP

Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.328.577/0001-79

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instrução CVM n.º 391/03

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada

Instrução CVM n.º 400/03

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada

Instrução CVM n.º 406/04

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 406, de 27 de abril de 2004, conforme alterada

Instrução CVM n.º 409/04

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada

IPCA

Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE

Novas Quotas

Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da primeira e da Segunda Emissão

Outros Ativos

Além das quotas do FIP, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, quotas de emissão de fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, e/ou títulos públicos federais

Partes Ligadas

São consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo: (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% (dez por cento) ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital social, direta ou indiretamente; ou (iii) qualquer fundo de investimento em que qualquer Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com

25% (vinte e cinco por cento) ou mais do patrimônio, direta ou indiretamente; ou (iv) qualquer pessoa física que seja parente de até segundo grau do Quotista; ou (v) qualquer pessoa física que seja sócio, administrador ou funcionário do Administrador.

Patrimônio Autorizado

Patrimônio autorizado do Fundo na data deste Prospecto, correspondente a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)

Patrimônio Inicial

O patrimônio inicial do Fundo, formado por, no mínimo, 20.000 (vinte mil) quotas, o qual foi atingido, visto a subscrição de 21.880 (vinte e uma mil, oitocentas e oitenta) quotas da primeira emissão

Período de Desinvestimento

Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo

Período de Investimento

Período de investimento em quotas do FIP, que se iniciou em 21 de fevereiro de 2011, data da primeira emissão, e se estenderá por até 06 (seis) anos, até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro

Preço de Emissão

Valor correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota

Preço de Integralização

Preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento

Segunda Emissão

Distribuição pública de até 5.283 (cinco mil, duzentas e oitenta e três) Quotas, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

Prospecto

Este prospecto preliminar de distribuição pública de Quotas da Segunda Emissão do Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Participações

Quotas

Quotas de uma única classe, nominativa e escriturais, de emissão do Fundo

Quotas Ofertadas

As Quotas colocadas à venda por qualquer Quotista a terceiros

Quotista Inadimplente

Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento

Quotistas	Investidores titulares de Quotas do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Requerimento de Integralização	Notificação encaminhada pelo Administrador a cada um dos Quotistas solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., na qualidade de instituição intermediária da Oferta. Não há número mínimo de Quotas a serem distribuídas, tendo em vista que o Patrimônio Inicial do Fundo já foi atingido na primeira emissão de quotas.

Autorizações

A Segunda Emissão foi aprovada por meio da Assembleia Geral de Quotistas, datada de 14 de setembro de 2011 e registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 3.423.072.

Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, conforme alterada (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os “Quotistas”).

Inadequação do Investimento

A SEGUNDA EMISSÃO NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE NÃO ESTEJAM CAPACITADOS A COMPREENDER E ASSUMIR OS SEUS RISCOS. O INVESTIMENTO NAS QUOTAS NÃO É ADEQUADO AOS INVESTIDORES QUE (I) NECESSITEM DE LIQUIDEZ, TENDO EM VISTA A POSSIBILIDADE DE SEREM PEQUENAS OU INEXISTENTES AS NEGOCIAÇÕES DAS QUOTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO; E/OU (II) NÃO ESTEJAM DISPOSTOS A CORRER OS DE MAIS RISCOS PREVISTOS NA SEÇÃO “FATORES DE RISCO”.

Registro da Oferta das Quotas

A Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº400/03.

Quantidade de Quotas da Segunda Emissão

A Segunda Emissão é composta por até 5.283 (cinco mil, duzentas e oitenta e três) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, no montante total de R\$ 5.283.000,00 (cinco milhões, duzentas e oitenta e três mil reais).

Preço de Emissão e de Subscrição no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota.

Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro na CVM, mediante a assinatura do Compromisso de Investimento. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em quotas do FIP, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, sendo que o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, mediante envio do Requerimento de Integralização, especificando, no respectivo requerimento, o prazo e o montante para integralização das Quotas, que em nenhuma hipótese poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, para conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada pelo Administrador no Requerimento de Integralização.

Os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Quotas do FIP dentro do prazo máximo permitido pela regulamentação da CVM. Caso os investimentos do Fundo não sejam realizados dentro desse prazo, o Administrador deverá restituir aos Quotistas o capital integralizado, sem qualquer acréscimo de rendimentos, se for o caso. A restituição se dará mediante a devolução do pagamento feito pelos Quotistas a título de integralização das Quotas, nas respectivas contas bancárias a serem indicadas pelos Quotistas.

O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas.

Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições e terão direito a voto na Assembleia Geral de Quotistas, proporcionalmente ao número de Quotas subscritas, observadas as regras de inadimplência previstas no Regulamento.

Caso algum Quotista deseje alienar suas Quotas do Fundo, os demais Quotistas terão direito de preferência na aquisição de tais Quotas ofertadas, nos termos dos itens 12.9 a 12.15 do Regulamento. Será permitida negociação das Quotas por meio de transações privadas. As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos itens 12.9.1 ao 12.9.3 do Regulamento do Fundo abaixo.

Os demais direitos, vantagens e restrições envolvendo o investimento nas Quotas estão descritos na seção "Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas", página 28 abaixo.

Taxas Cobradas pelo Fundo

Não serão devidas pelos Quotistas quaisquer taxas de ingresso ou retirada do Fundo.

Classificação de Risco

A Segunda Emissão não contará com qualquer classificação de risco.

Condições da Oferta

A oferta das Quotas referentes à Segunda Emissão estará sujeita apenas às condições expressamente informadas neste Prospecto.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas condições de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria oferta, o Administrador poderá solicitar à CVM a modificação ou a revogação da Oferta.

Será sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

Deferido o pleito, a modificação da Oferta deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e o Administrador deverá se acautelar e certificar, no momento de recebimento de novas aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Ainda, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados a respeito da modificação, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A revogação da Oferta torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às quotas ofertadas.

Conforme faculta o art. 28 da Instrução CVM 400/03, a aceitação da Oferta, que se dá mediante a subscrição de Quotas do Fundo, configura compromisso irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento e demais documentos previstos no Regulamento.

Cronograma de Etapas da Oferta

Etapas		Data Estimada
Início da Oferta:	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a divulgação do anúncio de início.	13/12/11
Prazo de Colocação:	As Quotas da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM.	Até 13/06/12
Manifestação de Aceitação da Oferta pelos Investidores:	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas junto ao Distribuidor poderão manifestar a sua intenção a qualquer momento durante o prazo de colocação, por meio de assinatura nos respectivos boletins de subscrição, até o encerramento da Oferta.	Até 13/06/12
Distribuição junto ao Público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados, conforme definido na Instrução CVM nº409/04.	Até 13/06/12
Divulgação do resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da divulgação de anúncio de encerramento.	13/06/12

As datas apresentadas representam apenas estimativas preliminares, podendo sofrer alterações dependendo do efetivo registro da presente Oferta.

Valor Mínimo de Subscrição

O valor mínimo de subscrição de Quotas para novos investidores será equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas

Não há número mínimo de Quotas a serem distribuídas nesta Segunda Emissão, tendo em vista que o Patrimônio Inicial do Fundo já foi atingido na primeira emissão de quotas.

Negociação das Quotas e Direito de Preferência

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

O Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na regulamentação aplicável.

Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas Quotas, deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas Quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

As demais regras sobre o direito de preferência estão descritas na seção IV – Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda.

Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta

O Distribuidor foi contratado pelo Administrador para realizar a distribuição pública das Quotas sob regime de melhores esforços. Desta forma, as Quotas que não forem subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, serão canceladas pelo Administrador.

A colocação das Quotas será realizada no mercado de balcão não organizado, sob regime de melhores esforços, perante investidores considerados como qualificados nos termos da regulamentação em vigor, a serem indicados, pelo Administrador, ao Distribuidor.

O investidor poderá obter cópia do Contrato de Distribuição de Quotas do Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Participações na sede do Administrador e/ou do Distribuidor, conforme endereços constantes da seção “Outras Informações” abaixo.

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados pelo Fundo, sendo compostos pela taxa de fiscalização da CVM, no valor de R\$ 33.811,20 (trinta e três mil, oitocentos e onze reais e vinte centavos), e da comissão do Distribuidor, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalizando o montante de R\$ 53.811,20 (cinquenta e três mil, oitocentos e onze reais e vinte centavos). O custo unitário de distribuição da Oferta é de R\$ 10,18 (dez reais e dezoito centavos), equivalente a 1,018% do preço unitário de distribuição.

Relacionamento entre o Administrador e o Distribuidor

Exceto pelo Contrato de Distribuição das Quotas do Fundo, não há quaisquer relações societárias, de investimento ou financeiras, bem como qualquer outro relacionamento relevante entre o Administrador, seus controladores, o grupo econômico no qual está inserido e o Distribuidor. O Distribuidor é a única e exclusiva instituição intermediária da Segunda Emissão.

O Administrador e o Distribuidor não mantêm qualquer relacionamento comercial e ou relações societárias além do relacionamento existente em razão do Distribuidor ter sido contratado para a prestação de serviços de administração e distribuição em outros fundos de investimento também administrados pelo Administrador.

Potenciais Conflitos de Interesse

O Administrador, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Distribuidor, o Custodiante e suas Afiliadas. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

No entanto, não há quaisquer conflitos de interesse entre quaisquer das partes envolvidas nos processos de distribuição, custódia e administração do Fundo.

Suspensão, Revogação, Modificação e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal "O Dia", veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início, bem como dos demais atos e anúncios do Fundo. No caso de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão comunicados diretamente a respeito da modificação, para que confirmem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção

em caso de silêncio após o referido prazo. A revogação ou cancelamento da Oferta determina a ineficácia da mesma, bem como de todos os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes todos os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, sendo certo que a referida restituição deverá ocorrer nas mesmas condições, proporção, prazo e forma de pagamento realizada pelo respectivo investidor.

A aceitação da Oferta não poderá ser revogada pelos investidores, salvo nas hipóteses de revogação, modificação ou cancelamento da Oferta.

Outras Informações

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Segunda Emissão, bem como exemplares do Prospecto, poderão ser obtidos junto ao Administrador, ao Distribuidor e na CVM, nos endereços indicados no final desta seção.

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM - RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
CEP 20159-900 Rio de Janeiro – RJ

CVM - SP

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 São Paulo – SP
Internet: www.cvm.gov.br

Administrador

Pátria Investimentos Ltda.
Sócio responsável pelo Fundo perante a CVM: Alexandre T. de Assumpção Saigh
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 6º andar, Sala A
CEP 01452-001 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3039-9000
Fax.: (11) 3039-9001
E-mail: nemer.rahall@patriainvestimentos.com.br
Internet: <http://www.patriainvestimentos.com.br/site/downloads.aspx>

Na página eletrônica do Administrador (<http://www.patriainvestimentos.com.br>), o investidor deverá acessar o item "Downloads", na parte superior da página e, após a atualização da página, o investidor deverá clicar no ícone "Private Equity", no centro da página. Abaixo do ícone, o investidor deverá clicar em "Brazilian Private Equity IV – FIQFIP", e então terá acesso ao Prospecto, juntamente com o Regulamento do Fundo.

Distribuidor

Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355 - 3º andar
CEP 01452-002 São Paulo - SP
Tel.: 0800 729 7272
Fax.: (11) 3299-2184
E-mail: daniel@socopa.com.br
Internet: https://negocios.socopa.com.br/Conteudo/Servicos_Prospectos.aspx

Na página eletrônica do Distribuidor (www.socopa.com.br), o investidor deverá clicar em "Serviços", na parte superior da página. Após atualização da página, o investidor deverá clicar no ícone "Prospecto", que se encontrará abaixo de "Brazilian Private Equity IV – FIQFIP" para, então, obter cópia eletrônico do Prospecto juntamente com o Regulamento do Fundo.

Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo

Agente de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais

Itaú Unibanco S.A.
Tel.: (11) 5029-4520
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
São Paulo - SP

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes
Tel.: (11) 2183-3000
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33 – 19º andar
São Paulo - SP

Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, representado por seu Diretor, Sr. Luiz Otavio Reis de Magalhães, declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo, e se responsabiliza pela veracidade, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição. Vide Anexo IV.

Declaração do Distribuidor

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Distribuidor, representado por seus Diretores, declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer

outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Distribuidor declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo, e se responsabiliza pela veracidade, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição. Vide Anexo V.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

RISCOS RELACIONADOS AO INVESTIMENTO EM QUOTAS DO FUNDO

Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em quotas do FIP e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimentos em quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Ativos do Fundo

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelas quotas do FIP, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre as quotas do FIP. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas integralizadas.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou de todas as quotas do FIP antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais ativos e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Pagamento Condicionado aos Ativos do Fundo

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas às quotas do FIP e ao retorno do investimento no âmbito do FIP. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Concentração da Carteira do Fundo

O Fundo deverá aplicar, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em quotas de emissão do FIP, o que implicará em concentração dos investimentos do Fundo em ativos emitidos por um único emissor e de pouca liquidez. Desta forma, os resultados do Fundo dependerão dos resultados atingidos pelo FIP, bem como do setor no qual o FIP investirá.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em quotas de fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos pelo FIP em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades permitidas pela CVM. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Outros Riscos

Risco de Mercado: Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas.

Risco de Crédito: Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo.

Demais Riscos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos. Além disso, as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. BRAZILIAN PRIVATE EQUITY IV – FIQ DE FIP

BRAZILIAN PRIVATE EQUITY IV – FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Participações (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, conforme alterada, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 12 (doze) anos contados da data de registro de funcionamento na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas.

Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, conforme alterada (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os "Quotistas").

O valor mínimo de subscrição inicial no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Administração e Gestão do Fundo

Qualificação do Administrador

O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria Investimentos Ltda., atual denominação de Blackstone PAT Participações Ltda. (sociedade sucessora por incorporação de Pátria Investimentos Ltda., anteriormente inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.145.646/0001-80), com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 6º andar, sala A, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.461.756/0001-17, devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

O Pátria Investimentos Ltda. é uma empresa pioneira e uma das líderes no Brasil em gestão de ativos alternativos (ou *alternative assets*). O Pátria Investimentos está estruturado em duas áreas: (i) uma área de gestão de recursos, composta pelos grupos de *private equity* (recursos investidos em participações societárias majoritárias e/ou minoritárias relevantes, assegurando influência na gestão das empresas investidas), imobiliário, infraestrutura e capital management (composto por *hedge funds* e outros tipos de fundos de

investimento que operam simultaneamente em segmentos variados do setor financeiro); e (ii) uma área de serviços de assessoria financeira a fusões, aquisições, reestruturações e finanças corporativas.

O Pátria atua no mercado financeiro brasileiro há 20 anos, sendo uma sociedade composta por profissionais com grande experiência no mercado financeiro brasileiro. A equipe do Pátria Investimentos é composta por mais de 130 colaboradores, dentre os quais 16 sócios.

O Pátria Investimentos possui sob gestão ativos que totalizam por volta de R\$ 6 bilhões. O Pátria Investimentos possui comprovada experiência nos mercados financeiros local e internacional, incluindo parcerias com os bancos de investimento norte-americanos Salomon Brothers e Oppenheimer, e com a gestora de ativos alternativos The Blackstone Group. Empresas como a Diagnósticos da América S.A. (DASA3) e a Anhanguera Educacional Participações S.A. (AEDU11) são exemplos de casos de sucesso em que o Pátria Investimentos participou da gestão. O Pátria Investimentos busca continuamente excelência estratégica, capacitação técnica, transparência e compromisso.

Qualificação do Distribuidor das Quotas

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., organizada sob a forma de Sociedade Anônima, subsidiária integral do Banco Paulista, iniciou suas atividades em 1967 tendo desenvolvido uma sólida reputação no segmento de mercado de capitais. Membro e agente de compensação da BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) e da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), tendo conquistado o Selo de Qualidade, outorgado em 2006. Atua no SOMA (Sociedade Operadora de Mercado de Acesso) e tem filial no Rio de Janeiro.

Prestadores de Serviço do Fundo

Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia, o Itaú Unibanco S.A. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Objetivo do Fundo e do FIP

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de capital a longo prazo por meio da aplicação de, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em quotas de emissão do Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações ("FIP").

O objetivo do FIP é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas brasileiras, participando do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, seja isoladamente ou participando do bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observados os termos e condições do Regulamento do FIP.

O FIP investirá em valores mobiliários de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas brasileiras. Os valores mobiliários poderão ser ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confiram o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do FIP.

Para se tornarem Companhias Investidas, as Companhias Alvo deverão ser companhias brasileiras, abertas ou fechadas, que atuem em setor econômico no qual o Brasil tenha vantagem competitiva e no qual o Administrador encontre oportunidade de investimento.

Para maiores informações sobre o FIP, favor consultar o regulamento constante do "Anexo III – Cópia do Regulamento do FIP em vigor na data deste Prospecto".

Investimentos do Fundo

O Fundo investirá no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em quotas de emissão do FIP.

Os investimentos do Fundo em quotas do FIP são realizados mediante a observância dos termos e condições indicados no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) quotas de emissão do FIP;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI ou que possuam mais do que 90%

de sua carteira em títulos públicos federais, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 do Regulamento.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

(i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de quotas do FIP dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital, observado o disposto no item 8.3.1 do Regulamento;

(ii) sem prejuízo do disposto no subitem anterior, até que os investimentos do Fundo em quotas do FIP sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;

(iii) durante os períodos que compreendem o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo; e

(iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a investimentos programados, pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso os investimentos do Fundo em quotas do FIP não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do parágrafo anterior, o Administrador deverá restituir aos Quotistas o capital integralizado, sem qualquer acréscimo de rendimentos, se for o caso.

Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos poderão ser alocados até o limite de 100% (cem por cento) em títulos e/ou valores mobiliários de um mesmo emissor, exceto títulos públicos federais.

O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, desde que aprovadas pela Assembleia Geral de Quotistas, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

Em nenhuma hipótese o Regulamento poderá restringir ou limitar, por qualquer meio, as atividades atualmente desenvolvidas, ou a serem desenvolvidas, por qualquer Parte Ligada ao Administrador.

O Administrador deverá observar na composição da Carteira do Fundo eventuais limites de diversificação e concentração de ativos a que seus Quotistas estejam sujeitos, por força de lei ou de contrato, desde que o

potencial quotista notifique previamente o Administrador, por escrito, sobre tais limites antes da data de subscrição de suas Quotas.

Destinação dos Recursos da Primeira Emissão:

O Administrador esclarece que os recursos obtidos na Primeira Emissão do Fundo ainda não foram aplicados, não havendo informações a serem disponibilizadas referentes à destinação de tais recursos.

Co-Investimento

O Administrador poderá, a seu exclusivo critério, compor os recursos investidos do Fundo com recursos de outros investidores, incluindo outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou suas Partes Ligadas.

Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimento em quotas do FIP que se iniciou na data da primeira emissão e se estenderá por 06 (seis) anos ou até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro.

O Período de Investimento poderá ser encerrado antecipadamente ou estendido por até 2 (dois) períodos de 1 (um) ano cada a critério do Administrador, de forma a coincidir com o período de investimento do FIP.

Novos Aportes de Recursos

O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos em quotas do FIP, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante o FIP antes do término do Período de Investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações do FIP e de suas companhias investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de quotas de emissão do FIP, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados, a perda de valor dos ativos do FIP e de suas companhias investidas, ou a perda de controle por parte do FIP nas companhias investidas, conforme o caso.

Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

Patrimônio Autorizado e Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Autorizado do Fundo será de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), e será composto por até 300.000 (trezentas mil) Quotas.

O Patrimônio Inicial do Fundo foi estabelecido em, no mínimo, 20.000 (vinte mil) quotas subscritas, já atingido após a colocação de 21.880 (vinte e uma mil, oitocentas e oitenta) quotas na primeira emissão do Fundo.

Direitos Patrimoniais

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Direito de Voto das Quotas

Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembleia Geral de Quotistas, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Emissões de Novas Quotas do Fundo, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembleia.

O Administrador somente poderá distribuir Quotas do Fundo àqueles que se enquadrem e declarem estarem enquadrados nas condições de ingresso no Fundo por meio do Termo de Adesão, conforme previsto nos itens 12.4.1 e 12.9.1 do Regulamento.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá termo de adesão ao Regulamento e exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

Integralização das Quotas do Fundo

As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em quotas do FIP, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a

aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar, no prazo mínimo de 10 (dez) dias, parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta seção.

Os Quotistas, ao subscreverem suas Quotas, comprometer-se-ão a cumprir os termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos parágrafos abaixo.

Não obstante o direito de preferência previsto nos parágrafos seguintes, caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta no item 2.1 do Regulamento para proceder a transferência de titularidade de Quotas.

Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas Quotas, deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas Quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, os Quotistas com direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação do Administrador, para se manifestar quanto à sua intenção de adquirir as Quotas Ofertadas e, em caso afirmativo, deverão notificar o Administrador, que enviará a notificação ao Quotista alienante.

Na hipótese de haver sobras de Quotas Ofertadas, o Administrador deverá informar os Quotistas que exerceram seu direito de preferência, para que estes no prazo de 15 (quinze) dias corridos informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Administrador, que a encaminhará ao Quotista alienante.

Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores e não havendo o exercício do direito de preferência por parte de qualquer Quotista sobre o total das Quotas Ofertadas, o Quotista alienante poderá alienar suas Quotas a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias corridos, exceto se a proposta informada originalmente aos Quotistas sofrer qualquer alteração de forma a beneficiar o terceiro comprador.

Se ao final do prazo previsto no parágrafo anterior as Quotas Ofertadas não tiverem sido adquiridas por terceiros ou a proposta sofrer qualquer alteração, o procedimento previsto neste item deverá ser renovado.

O direito de preferência, nos termos deste item, não se aplica à transferência das Quotas Ofertadas para qualquer Parte Ligada ao Quotista alienante.

Condições de Amortização e Resgate das Quotas

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas.

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em quotas do FIP e Outros Ativos, sejam superiores ao valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

O pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado por cada Quotista.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento das quotas do FIP e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo;

(ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento das quotas do FIP e Outros Ativos, tais ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção das quotas do FIP e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Da Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, desde que não conflitem com as disposições do Regulamento. Inicialmente, os ativos serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) ativos de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador, ou pelo seu valor de mercado, se for o caso; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo, sendo certo que as quotas do FIP conforme critérios de avaliação estabelecidos em seu regulamento.

Inadimplência dos Quotistas

A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no parágrafo seguinte, resultará em uma ou mais das seguintes conseqüências ao Quotista Inadimplente, a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

- (i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembleias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas integralizadas;
- (ii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas, integralizadas ou não integralizadas, detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, podendo ser Quotista ou não, nos termos e condições do Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

As conseqüências referidas no parágrafo anterior somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 5 (cinco) dias, na hipótese do subitem (i), ou de até 30 (trinta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data final para aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) e juros moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito corrigido, observado que o Administrador poderá não aplicar as penalidades previstas neste parágrafo caso obtenha a manifestação favorável da maioria dos Quotistas do Fundo, sendo dispensada a realização de assembléia geral.

Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas.

Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.

Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação dos ativos do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 12.7.3 do Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os ativos tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;

- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze do Regulamento; e/ou
- (iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira do Regulamento.

O cálculo do valor dos ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos no item "Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo" acima.

Assembleia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e aprovação das Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Treze do Regulamento.

Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses

Para os fins do Regulamento, são consideradas Partes Ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo:

- (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente;
- (ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente; ou
- (iii) qualquer fundo de investimento em que o Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 25% ou mais do patrimônio, direta ou indiretamente;
- (iv) qualquer pessoa física que seja parente de até segundo grau do Quotista; ou
- (v) qualquer pessoa física que seja sócio, administrador ou funcionário do Administrador.

Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto no Regulamento.

Qualquer transação entre o Fundo e Partes Ligadas; ou o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador, exceto o FIP, deverá ser levada para aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado as exceções previstas neste item.

Salvo aprovação de, no mínimo, a maioria dos Quotistas, é vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver, exceto o FIP.

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos ativos que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

Taxas e Encargos do Fundo

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador não fará jus a qualquer remuneração. Não serão devidas pelos Quotistas quaisquer taxas de ingresso ou retirada do Fundo.

Encargos

Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de anúncios de início e de encerramento de oferta, relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) registro de documentos em cartórios, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas e eventuais, previstas na regulamentação pertinente, inclusive publicações e correspondência do interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo, inclusive aquelas incorridas previamente para este fim, ou à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (x) taxas de controladoria, de custódia e de liquidação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive para reavaliação dos ativos da Carteira, se for o caso;

- (xii) despesas com taxas cobradas pelos distribuidores das Quotas e pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações de empréstimo ou no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso;
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 do Regulamento;
- (xv) despesas relativas à realização de Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xvi) despesas gerais de prospecção, identificação e avaliação de investimentos, e prospecção, identificação e avaliação de oportunidades de desinvestimento, inclusive pagamentos de comissões de intermediários.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze do Regulamento.

Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 90% (noventa por cento) em quotas do FIP, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 2% (dois por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Pátria Investimentos Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 6º andar, Sala A

Tel.: (11) 3039-9000

Fax.: (11) 3039-9001

CEP 01452-001 São Paulo - SP

e-mail: nemer.rahall@patriainvestimentos.com.br

5. ANEXOS

Anexo I ao Prospecto

Cópia da Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, realizada em 14 de setembro de 2011

Anexo II ao Prospecto
Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo III ao Prospecto
Cópia do Regulamento do FIP em vigor na data deste Prospecto

Anexo IV ao Prospecto

Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

Anexo V ao Prospecto
Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03